

São Paulo, 6 de junho de 2013.

Ofício nº 1.605/2013-JUR.
Protocolo MP nº 108.540/11

Senhor Presidente:

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, tenho a honra de encaminhar para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Projeto de Lei, acompanhado da respectiva justificativa, que objetiva a criação de cargos de provimento efetivo e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA
Procurador-Geral de Justiça

Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual **SAMUEL MOREIRA**
Digníssimo Presidente da
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI N. _____, DE ____ DE JUNHO DE 2013

Cria cargos e funções no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º – Ficam criados no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, instituído pelo art. 4º da Lei Complementar Estadual nº 1.118, de 1º de junho de 2010:

I - 675 (seiscentos e setenta e cinco) cargos de Analista de Promotoria I (Assistente Jurídico), classificados no Anexo I, Carreira I;

II - 221 (duzentos e vinte e um) cargos de Oficial de Promotoria I, classificados no Anexo I, Carreira II;

III - 353 (trezentos e cinquenta e três) cargos de Auxiliar de Promotoria I, classificados no Anexo I, Carreira III.

IV – 87 (oitenta e sete) cargos de Auxiliar de Promotoria III, classificados no Anexo I, Carreira III.

§ 1º. Caberá ao Procurador-Geral de Justiça, por ato específico, a atribuição da lotação dos cargos previstos no inciso I deste artigo.

§ 2º. A abertura de concurso para provimento dos cargos previstos no inciso I deste artigo será precedida de oitiva do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, observando-se as disponibilidades orçamentárias consignadas no orçamento vigente no período de sua realização.

§ 3º. Não poderão ser providos, a cada ano, mais de 300 (trezentos) cargos de Analista de Promotoria I (Assistente Jurídico).

Artigo 2º – Ficam criadas no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo as seguintes funções de confiança, instituídas pelo art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 1.118, de 1º de junho de 2010:

I – 75 (setenta e cinco) funções de Oficial de Promotoria Chefe, classificadas na Tabela I, Anexo VI, Referência FC-04;

II – 12 (doze) funções de Auxiliar de Promotoria Encarregado, classificadas na Tabela I, Anexo VI, Referência FC-01.

Artigo 3º – As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes,

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei objetiva a criação de cargos de provimento efetivo e de funções de confiança no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Os cargos e as funções integrarão a estrutura dos serviços de apoio do Ministério Público, em diversos setores, que necessita de incremento para propiciar a eficaz realização das funções institucionais pelos órgãos de execução.

A proposta abrange a criação de 675 cargos de Analista de Promotoria I (Assistente Jurídico), 221 cargos de Oficial de Promotoria I, 353 cargos de Auxiliar de Promotoria I, 87 cargos de Auxiliar de Promotoria III, 75 funções de Oficial de Promotoria Chefe e 12 funções de Auxiliar de Promotoria Encarregado e serão providas de acordo com as disponibilidades orçamentárias da Instituição, sendo certo que, em relação aos cargos de Analista de Promotoria I (Assistente Jurídico), o provimento ficará limitado a

300 (trezentos) cargos por ano, conforme regra anteriormente adotada pela Lei Estadual nº 13.794/09.

A expansão do quadro de serviços auxiliares, devidamente aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça em reunião realizada em 19 de setembro de 2012, revela-se extremamente necessária para desempenho eficiente das funções constitucionalmente deferidas ao Ministério Público.

São Paulo, 6 de junho de 2013.

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA
Procurador-Geral de Justiça